

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: KGR 0 1401

Data: 28.12.85

Pg.: _____

190 Membros da CPI sobre Sede Trentin acusam a Funai de não colaborar

Chapecó — Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa de Santa Catarina que investigam o caso "Sede Trentin" — disputa de terras por índios e brancos — estão solicitando audiência especial com o Presidente da República. Os deputados vão se queixar ao presidente da omissão da Fundação Nacional do Índio que se recusa a colaborar com a CPI, negando depoimentos de seus técnicos e subtraindo informações, documentos e provas daquele conflito.

A CPI já ouviu os colonos e recebeu provas de que muitos dos índios caingangues são, na verdade, cidadão não-tutelados com identidade civil assumida perante sindicatos, cartório de registros e outras repartições públicas. A Comissão de Inquérito deseja agora colher depoimentos de indigenistas da Funai e de entidades independentes além de examinar os processos documentais elaborados pela Fundação Nacional do Índio e que levaram o Governo Federal a decidir à questão, transferindo 912 dos 1.885 hectares aos índios.

O presidente da CPI, Deputado Hugo Biehl, manifestará ao Presidente da República sua estranheza pela omissão da Funai e observará que "se fossem verdadeiros índios os caboclos ora beneficiados ou preenchessem as características de posse imemorial daquelas terras, certamente a providência (instalação da CPI) seria bem recebida". Lamenta que a decisão do Governo Federal sobre o conflito foi influenciada por pessoas interessadas em desestruturar o meio rural produ-



Os parlamentares querem provar que em Trentin não existem mais índios.

tivo para implantar agitação, tumulto, discórdia e intranquilidade com objetivos danosos para a sociedade.

Por outro lado, diante das informações de que o Presidente da República teria assinado o decreto de desapropriação da metade das terras de Sede Trentin que passarão à domínio indígena, a CPI encaminhou telex ao Presidente José Sarney manifestando profundo pesar e sustentando que está se cometendo inominável injustiça contra abnegados trabalhadores rurais, pequenos proprietários, em favor de pessoas que pouco ou nada tem de índio".

A CPI lembra que à 40 quilômetros do local do conflito existe uma reserva

indígena com 15 mil hectares (R.I. Chapecó, município de Xanxerê) praticamente inabitada, para onde poderiam ser transferidos os remanescentes caingangues. A CPI tem 180 dias para apresentar suas conclusões (não com o período de recesso da Assembléia Legislativa) e uma de suas tarefas é definir os conceitos de "silvícola" e "habitação" para a aplicação do artigo 198 da Constituição Federal: "As terras habitadas por silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".